

que o Brasil não aumente a dívida

Central, a programação das contas externas exclui pedido de dinheiro ^{Get}

Credor exige

Concluída ontem no Banco

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

Os bancos credores e o Banco Central concluíram ontem a montagem da sétima versão do Programa de Ajuste Interno e Externo da economia brasileira e formalizaram a meta de queda real da dívida externa do País, ao longo deste ano, o que reflete o abandono da hipótese de se pedir dinheiro novo aos bancos internacionais. O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Sílvio Rodrigues Alves, e o chefe do Subcomitê de Economia do Comitê de Assessoramento dos bancos credores, Douglas Smee, chegaram ao consenso de que os indicadores do primeiro trimestre deste ano garantem o ajustamento externo da economia do País e, que, sem restrições a nível técnico, a renegociação plurianual da dívida brasileira depende apenas do sinal verde político do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nos dois dias de trabalho de auditoria no Banco Central, Douglas Smee, vice-presidente do Banco de Montreal, concordou com a nova estimativa de que o déficit em conta-corrente do Brasil não passará de US\$ 2 bilhões e o balanço de pagamentos fechará zerado, contra a projeção entregue em abril de saldos negativos de US\$ 2,5 bilhões e US\$ 470 milhões, respec-

tivamente. Na análise do comportamento futuro da conta de capitais do balanço de pagamentos, Rodrigues Alves e Smee reconheceram que o déficit em conta-corrente de US\$ 2 bilhões este ano será financiado por organismos internacionais e fornecedores.

O Banco Central reconheceu que "não há bom argumento" para o pedido de novo jumbo aos banqueiros internacionais, o que também invalida, na prática, a idéia de capitalização dos juros. Os banqueiros alegam que dinheiro novo ou capitalização de juros têm o mesmo efeito e eles não vêem motivo para tais concessões, sob pena do Brasil sofrer maior restrição da comunidade bancária diante da pressão dos seus acionistas.

Na opinião dos banqueiros, o desembolso do dinheiro novo ao Brasil poderia romper de vez o processo em curso de ajuste interno e externo da economia brasileira, com o agravamento da crise econômica do País, a médio prazo. O Banco Central reconheceu o temor dos bancos credores de que, com recursos novos, o Brasil não resistiria à tentação de crescer, com o abandono do programa de ajuste econômico e a perpetuação da inflação no atual patamar de mais de 200% ao ano. Também não tem consistência o pedido de dinheiro novo para aumentar as reservas, já que o País dispõe de quase US\$ 8 bilhões em caixa.

A sétima versão do programa de ajuste econômico brasileiro impõe metas apertadas, justamente pela resistência dos credores em injetar dinheiro novo e pela rejeição natural do País de promover queima de reservas. Por isso, o Banco Central considera fundamental a obtenção do superávit comercial de US\$ 11,7 bilhões, este ano, mesmo que isso exija novos cortes nas importações.

Com a contratação apenas dos financiamentos necessários à cobertura do déficit em conta-corrente de US\$ 2 bilhões, o Brasil abandona a projeção de aumento de US\$ 1,83 bilhão nas reservas brutas, ao longo deste ano. A nova estimativa acertada entre o Banco Central e os credores indica que as reservas terão apenas a incorporação de US\$ 400 milhões da compra interna de ouro aos US\$ 11,99 bilhões existentes em dezembro de 1984.

Diante do ingresso limitado de recursos novos dos organismos internacionais e do pagamento integral dos juros da dívida existente, o endividamento do País cairá, ao longo deste ano, em termos reais. Também contribuirá para a queda real da dívida a suspensão de desembolsos do financiamento ampliado do FMI, a partir da rejeição da sétima carta de intenções do Brasil pelo board do fundo.